



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



EDITAL

CARTA CONVITE Nº 008/12

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, RS, através do GABINETE DE COMPRAS E LICITAÇÕES PÚBLICAS, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal Nº 8.666/93, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade de CARTA CONVITE do tipo MENOR PREÇO, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes nº 01(DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e o nº 02 (PROPOSTA DE PREÇO), até às **10h30min** do dia **31/01/2012**, no Gabinete de Compras e Licitações Públicas - GABEX, situado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 458 – Centro , onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa de consultoria e assessoria tributária na formação e incremento do Índice de Participação dos Municípios - IPM, no retorno do ICMS para o Município do Rio Grande, para os exercícios de 2013 e 2014, devendo abranger os seguintes itens:

a) Exame das Guias Modelo B e dos seus Anexos de 1 a 6, ano base 2011, apresentadas pelas empresas comerciais, industriais e prestadoras de serviços de transporte e comunicações que definirá o IPM referente ao retorno do ICMS para o Município do Rio Grande;

b) Confirmação dos dados informados pelas empresas e orientação das mesmas para o correto preenchimento das Guias Modelo B, bem como para proceder a substituição das mesmas nos casos de interesse do Município;

c) Revisão das Guias apresentadas e buscar junto as empresas eventuais correções e substituições de interesse do Município;

d) Orientar a equipe de fiscais de tributos e auxiliares quanto aos procedimentos na apuração da base de cálculo do índice de participação do valor adicionado;

e) Repassar todas as informações e procedimentos efetuados aos servidores municipais que desenvolvem suas atividades nessa área, bem como indicações de ações para possíveis impugnações de valores de Guias, mediante



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



Recurso, caso não sejam possíveis suas substituições;

f) organizar, com apoio do Município, reuniões para orientação de contabilistas de empresas e escritórios estabelecidos no Município de forma a evitar informações equivocadas que sejam passíveis de substituição de guias;

g) tomar as medidas necessárias, com apoio da Unidade de Fiscalização do ICMS do Município, para substituição de guias com preenchimento julgado incorreto, bem como de informações incompletas com reflexos na exatidão das informações, prioritariamente naquelas que impliquem em redução dos índices;

h) Revisão da metodologia utilizada pela Secretaria da Fazenda do Município para acompanhamento do SITAGRO especialmente quanto ao exame das Guias modelo “A” (produtores) visando o controle das operações:

- de produtor para consumidor final;
- de produtor para produtor de outro município;
- transferência para outro estabelecimento do produtor para outro município;
- comercialização para outro estado ou exterior;
- comercialização para estabelecimento comercial ou industrial.

i) Monitoramento mensal e análise das guias informadas pelos contribuintes com o planejamento de suas operações de acordo com os CFOP'S, que comporão o Valor Adicionado de **2012**, visando identificar e promover:

- valores que possam ser incluídos no campo de valoração do adicionado do Município;
- valores negativos que possam ser convertidos em positivos;
- promover a orientação individual dos profissionais da área contábil ou empresas para o preenchimento de guias de acordo com os critérios técnicos orientados pela fiscalização e legislação vigente. Este trabalho deverá ser desenvolvido através de correspondências eletrônicas (e-mail), telefone ou visitas técnicas específicas aos contribuintes de acordo com demanda;
- promover a relações entre contadores e empresas com objetivo de esclarecimento e convencimento para substituição de guias que possam ser revisadas em favor do Município;

j) Assegurar assessoria técnica aos fiscais municipais, a contadores e empresas que necessitem ou se solicitada para adequar os procedimentos;

l) Revisão dos trabalhos efetuados durante o exercício visando a avaliação dos procedimentos adotados com vistas ao seu aperfeiçoamento e execução nas atividades necessárias para o Censo 2013;

m) Preparação, montagem e apresentação de recursos a ser interposto junto a SEFAZ-RS, DTIF, dentro dos prazos legais, no caso de divergência do



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



Município quanto ao índice provisório publicado em 2012;

n) Apresentar relatório detalhado final, contendo todas iniciativas, resultados por empresa, guias, valores, etc. bem como demais informações pertinentes.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da Licitação todas as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta Carta Convite, que atenderem às exigências deste Edital.

2.2. Será vedada a participação de empresas, quando:

2.2.1. Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público.

2.2.2. Sob Processo de Concordata ou Falência.

2.2.3. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos descentralizados.

2.2.4. Reunidas em consórcio.

2.2.5. Enquadradas nas disposições do Art. 09, da Lei Federal Nº 8.666/93.

2.2.6. Que sejam constituídas em Cooperativas de trabalho, nos termos de compromisso de ajustamento de conduta celebrado entre o Ministério Público do Trabalho da 4ª Região e o Município de Rio Grande.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser apresentadas em dois invólucros, a saber:

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

A documentação de habilitação será apresentada em 01 (uma) via e a proposta também em 01 (uma) via original, na data, hora e local indicados no aviso deste Edital, os interessados apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, na Central de Compras, na Rua Marechal Floriano nº. 458 - Centro, com os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
CARTA CONVITE Nº 008/12
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA E DE ASSESSORIA –
VAF - ICMS.
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



PROPONENTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
CARTA CONVITE Nº 008/12
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA E DE ASSESSORIA –
VAF - ICMS.
PROPOSTA DE PREÇO
PROPONENTE:

4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Certidão de regularidade junto ao Sistema de Seguridade Social.
- 4.2. Certificado de Regularidade com o FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- 4.3. Prova de Regularidade (quitação) com a Fazenda Municipal, na Jurisdição Fiscal do estabelecimento da licitante.
- 4.4. Atestados que comprovem a aptidão técnica com a realização de atividade pertinente ao objeto da presente licitação, conforme itens “a, b, c, d, e, g e h”(item 1.1), devidamente registrado no órgão competente. Será considerado pertinente e compatível com o objeto da licitação o atestado de serviços similares de complexibilidade equivalente ou superior aos especificados no item 1 deste edital, redigidos com timbre ou logotipo, contendo o número de inscrição do CNPJ do emissor, desconsiderando-se as alterações feitas pela SEFAZ para o ano base 2012.
- 4.5. Indicação, mediante relação explícita e declaração formal de sua disponibilidade da equipe técnica responsável pelos trabalhos contendo a qualificação de seus membros, adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, conforme especificações deste edital;
 - 4.5.1. É exigido que no mínimo dois dos membros da equipe técnica possuam especialização nas áreas de administração pública ou direito tributário ou ainda na fiscalização de tributos estaduais.
- 4.6. Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180(cento e oitenta) dias. contados da sua emissão.
- 4.7. Cópia de Declaração de enquadramento ou Certidão Simplificada em micro empresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP, autenticada e emitida pela Junta Comercial, caso se tratar de ME ou EPP.
 - 4.7.1. Caso não utilizada a faculdade prevista no subitem 4.6, será considerado



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



que a licitante optou por renunciar aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006.

4.8. Os documentos que dependerem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em Lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura dos invólucros.

4.9. Estão isentos da exigência contida neste item os documentos emitidos através da Internet, os quais terão sua validade verificada *online* pelos membros da Comissão.

4.9.1. Com base nos Artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/06 fica esclarecido que a ME ou EPP deve apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.9.2. A ME ou EPP que apresentar documentos com restrições conforme item 4.9.1. , terá assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período à critério da Administração Pública para a regularização dos mesmos, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.9.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 4.9.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação

5. DA PROPOSTA

A proposta deverá ser apresentada da seguinte maneira:

5.1. Carta proposta comercial indicando o valor global, de forma clara e precisa, assinada pelo licitante ou seu representante legal, sem emendas ou rasuras, devidamente identificado, devendo obrigatoriamente conter o que segue:

5.1.1. Cronograma físico-financeiro, dividido em 12(doze) meses.

5.1.1.1. Declaração de que se vencedor assume o compromisso de fornecer, nos prazos propostos, se adjudicados e contratados, os bens e serviços especificados na Proposta.

5.1.1.2. Declaração assinada pelo representante legal da licitante, de que no



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



preço proposto estão incluídos todos os custos dos serviços contratados, bem como possíveis despesas de deslocamento e hospedagem, tributos, encargos ou despesas necessárias.

5.2. Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua abertura.

5.3. Tendo em vista o art.40, Inciso X da Lei 8.666/93, o valor máximo da contratação é de R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais).

5.4. Serão desconsideradas as propostas que forem manifestamente inexeqüíveis, presumindo-se como tal, aquelas que contiverem preços unitários vis ou excessivos.

6. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO, DO DESEMPATE E DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. DO RECEBIMENTO

6.1.1. Os invólucros, na forma deste Edital, **serão recebidos até às 10h30min do dia 31 de janeiro de 2012**, no Gabinete de Compras e Licitações Públicas, na Marechal Floriano Peixoto, 458 – Centro, CEP 93.200.380, sendo que após este horário, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

6.2. DA ABERTURA

6.2.1. A **abertura** das propostas será realizada às **11h00min** no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

6.2.2. É facultativa a presença de representante das firmas, caso se faça presente, o mesmo deverá se apresentar devidamente credenciado e identificado, para o processo de abertura dos envelopes.

6.2.2.1. A licitação transcorrerá em sessão pública sendo que somente o representante credenciado e identificado de cada uma das licitantes terá o direito a manifestação.

6.2.3. Após o recebimento dos invólucros citados no item 3, serão abertos os envelopes da DOCUMENTAÇÃO contendo os documentos de habilitação, sendo estes examinados e rubricados pela Comissão Julgadora da Licitação e, facultativamente, pelos representantes credenciados das empresas licitantes.

6.2.4. Se todas as propostas forem desclassificadas, a critério da Administração, poderá fundamentadamente ser concedido prazo de 08 (oito) dias úteis para as Licitantes apresentarem outras propostas.

6.2.5. De cada sessão pública será lavrada Ata circunstanciada dos trabalhos, a



qual deverá ser assinada pelos membros da Comissão Julgadora da Licitação e, pelos representantes das empresas licitantes presentes.

6.2.6. Os recursos devem ser encaminhados ao Gabinete de Compras e Licitações Públicas, na forma e nos prazos previstos na Lei Federal nº 8.666/93, sendo anexado(s) ao processo de licitação.

6.3. DO JULGAMENTO

6.3.1. Julgamento da documentação, levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 4 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

6.3.2. Julgamento da proposta levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 5 – PROPOSTA DE PREÇOS.

6.3.3. Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou a insuficiência de comprovação de alguma exigência constante do Edital, implicará em inabilitação ou desclassificação do licitante.

6.3.4. A escolha da proposta vencedora será para o **menor preço global**, na forma do subitem 5.1.

6.4. O julgamento da habilitação e da proposta constitui ato interno da Comissão Julgadora da Licitação, a qual comunicará aos licitantes presentes, a respeito de suas decisões.

6.4. DO DESEMPATE

6.4.1. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as MEs e EPPs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas mesmas sejam iguais ou até 10% superiores ao melhor preço e desde que o melhor preço não seja de uma ME ou EPP..

6.4.2. Ocorrendo o empate proceder-se-á da seguinte forma:

a) A ME ou EPP mais bem classificada será comunicada via contato telefônico pela Comissão Julgadora do certame sobre o empate, e poderá apresentar proposta de preço inferior aquela considerada vencedora. Será solicitado na ocasião um termo de intenção de desempate via fax ou e-mail já com os novos valores a serem ofertados.

b) A ME ou EPP beneficiada pelo regime diferenciado que lhe faculta a Lei Complementar 123/2006, descrito na alínea “a”, terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar nova proposta em papel timbrado, de forma clara e precisa, não podendo ser manuscrita, nem conter rasuras ou entrelinhas, assinada pelo licitante ou seu representante legal, devidamente identificado. O não cumprimento



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



deste Item pode acarretar a desclassificação.

6.4.4. No caso de empate real dos valores apresentados pelas MES e EPPs que se encontrem enquadradas no Item 6.4.1., será realizado sorteio, em ato público entre elas para definir aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.

6.4.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora da licitação, após verificação dos documentos de habilitação.

6.4.6. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e não for o caso de utilização da preferência do item 6.4.1., a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes envolvidas serão comunicadas.

6.4.7. A ME ou EPP só poderá fazer uso do regime diferenciado que lhe faculta a Lei Complementar 123/06 se previamente habilitada como tal na fase de HABILITAÇÃO.

6.5. DA HOMOLOGAÇÃO

6.5.1 A comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá o julgamento, recomendará vencedora a firma que ofertar o **menor preço global**, encaminhando o processo à Autoridade competente para homologar e adjudicar o certame.

6.5.1.1. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no sub-item 5.2, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6.5.1.2. É facultada a Comissão Julgadora da Licitação ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7. DOS PRAZOS E DA EXECUÇÃO

7.1. O prazo de vigência do contrato será de 12(doze) meses a contar da data de assinatura do contrato.

7.2. A adjudicatária será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data de recebimento da convocação, assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da lei nº 8.666/93.

7.3. Se dentro do prazo o convocado, o vencedor não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação,



para assinatura do contrato, em igual prazo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou então revogará a licitação.

7.4. A Administração Pública, reserva-se o direito de interromper o contrato parcial ou na sua totalidade sem ônus algum a este Município.

8. COBERTURA FINANCEIRA

8.1. As despesas decorrentes do contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

04 – Secretaria Municipal da Fazenda

04.01 – Complexo Administrativo

3.3.9.0.35.00.00.00 – Código reduzido 588 – Serviços de Consultoria

9. DAS PENALIDADES

9.1. Ao contratado total ou parcialmente inadimplente será aplicada a sanção legal, a saber:

a) multa administrativa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos.

10.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A Contratada obriga-se perante a Contratante a:

a) Na assinatura do contrato deverá indicar o responsável técnico e/ou preposto que representará a empresa durante o prazo do contrato.

b) Todas as despesas referente a prestação dos serviços devem estar incluídas na proposta financeira, bem como despesas de pessoal, transporte, alimentação, hospedagem, encargos sociais, entre outras.

11. DO PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente após apresentação de relatórios circunstanciados das atividades desenvolvidas, de acordo com o cronograma estabelecido, e devidamente aceita pela Unidade de Fiscalização do ICMS do Município;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



11.1.1. Os pagamentos serão realizados 20(vinte) dias após o recebimento da fatura, sua apresentação e aceite.

11.1.1.1. Liberação dos Pagamentos: O pagamento das parcelas somente será efetuado mediante apresentação de:

a) comprovação de quitação de pagamento referente a salários e encargos sociais, tais como INSS e FGTS, regularidade de tributos com a União, Estado e Município, bem como a apresentação da GPS, guia de recolhimento do FGTS e informações a Previdência Social, GFIP, com autenticação do banco recebedor constando o nome dos empregados alocados para execução do serviço, sendo que tais documentos deverão corresponder ao mês imediatamente anterior ao da fatura apresentada.

b) cópia dos recibos de entrega dos vales transportes, dos vales alimentação, dos uniformes e de outros benefícios estipulados na Convenção Coletiva de Trabalho.

c) cópia dos pagamentos de férias, e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias, perante a Secretaria Municipal da Fazenda - SMF.

11.1.2. Esses documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da SMF.

11.2. O último pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos relatórios e diagnósticos previstos nas alíneas "n" e "o" previstas no objeto deste edital.

12. DA RESCISÃO

12.1. A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

12.1.1. A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicará em imediata suspensão do contrato.

12.2. Outrossim, constituirão motivos para rescisão dos contrato:

12.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Caso a vencedora seja firma não estabelecida em Rio Grande, a mesma deverá providenciar sua inscrição do ISSQN junto a Secretaria Municipal da



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



Fazenda.

13.2. A Administração Municipal, reserva-se o direito de exigir a retirada de todo e qualquer profissional que resulte em embaraço a execução dos serviços, podendo ainda interromper o contrato parcial ou na sua totalidade sem ônus algum para o Município.

13.3. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Fazenda, com pessoas credenciadas para tal fim, até 02(dois) dias úteis imediatamente anterior àquele marcado para a entrega dos documentos de habilitação e propostas.

13.4. Os serviços contratados serão fiscalizados pela Secretaria Municipal da Fazenda - SMF.

13.5. O Município não pagará quaisquer débitos devidos pela firma contratada, em face da legislação social e trabalhista, não podendo ser questionada por tais eventos.

13.6. Não caberá qualquer cessão, subcontratação ou transferência do contrato a ser firmado com o Município.

13.7. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do contrato, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

13.10. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

13.11. Onde este Edital for omissivo prevalecerão os termos da Lei 8.666/93 e demais legislação

Rio Grande, 23 de janeiro de 2012.

Regimar Hernandez da Rosa
Gerente de Compras e Licitações Públicas